



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - 2ª quinzena de junho de 2010 - # 31- www.sindipetro.org.br

Categoria rejeita primeira proposta de PLR da Petrobrás

Por unanimidade, a categoria do Sindipetro-LP rejeitou a primeira proposta de PLR 2009 oferecida pela Petrobrás. A decisão, que abre uma nova rodada de negociações, foi tomada na última quinta-feira (17/06) durante Assembleia Geral realizada na sede, em Santos, e na sub-sede, em São Sebastião.

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) enviará ofício à Petrobrás solicitando uma nova reunião. O objetivo é que a empresa apresente uma proposta mais justa aos trabalhadores. Todos os sindicatos que compõem a Federação rejeitaram a primeira proposta da empresa. Por isso, devemos todos lutar por uma PLR MÁXIMA E IGUAL PARA TODOS.

Migalhas

O fato de ser praticamente 10% menor que o valor fechado em 2008 não é a única razão para considerarmos a



LEANDRO OLIVEIRA

proposta da companhia aquém do seu patrimônio, avaliado em 164,8 bilhões de dólares. Se dividirmos o lucro de R\$ 28,9 bilhões pelo número de petroleiros

(55.708) chegamos a um resultado que expõe o quanto somos explorados pela Petrobrás: cada petroleiro foi responsável por um lucro de cerca de R\$ 520 mil

em 2009.

Em contrapartida, a Petrobrás propõe aos responsáveis por construir a 4ª maior empresa de energia do mundo e a 8ª maior em valor de mercado um piso de irrisórios R\$ 13.750,00 para os empregados posicionados até o nível 457A. Com esses números, chegamos a apenas uma conclusão: o poder econômico da Petrobrás atende apenas aos interesses do Governo e dos acionistas.

Temos que usar esses números absurdos a nosso favor. Da forma como a Petrobrás vem aplicando a PLR não podemos considerá-la uma participação nos lucros, mas sim uma forma de burlar as leis trabalhistas e de congelar salários através de remunerações variáveis. Não podemos deixar que o crescimento da Petrobrás seja financiado através da precarização dos seus trabalhadores.

ABCP: estatuto é aprovado!

Na segunda-feira, dia 14, foram votadas e aprovadas as alterações e todo o novo estatuto da Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros do Litoral Paulista para adequação ao Novo Código Civil. Em Santos houve debate de cada um dos itens do novo estatuto resultando em deliberações de algumas alterações, além das propostas divulgadas no Jornal O Petroleiro #29. São Sebastião votou as propostas do jornal e teve aprovação unânime da Proposta da Diretoria.

Por ter sido marcada uma hora antes da assembleia de Santos, em São Sebastião o encontro terminou antes e os petroleiros não puderam apreciar as alterações feitas na sede. Portanto, as que não destoam da proposta da Diretoria, aprovada em São Sebastião, serão ali referendadas em assembleia ainda sem data definida.

Confira abaixo as alterações a serem referendadas em São Sebastião, mais a proposta da diretoria. Para conferir juntamente com o estatuto, este pode ser encontrado no nosso site.

ART. 2º - **a) promover atividades educacionais e de formação geral.**

ART. 3º - Podem filiar-se à Associação todos os **empregados pertencentes à ca-**

tegoria do Sistema PETROBRAS, que faça parte do quadro associativo do SINDIPETRO do Litoral Paulista.

Consideram-se sócios da ABCP todos os sócios do Sindicato.

ART. 13 - c) **Gerir o Fundo de Assistência Financeira; Executar o planejamento definido em Assembléia conforme item E do ART. 11º**

ART. 14 - d) Ordenar as despesas autorizadas, e juntamente com o Tesoureiro, **e o Coordenador, Presidente, e dois membros** do Conselho Fiscal, **considerando que um membro seja aposentado e outro da ativa**, assinar cheques e documentos contábeis **acima de 2 salários mínimos;**

ART. 20 - b) **3 (três) 2 (dois)** representantes da RPBC; g) **1 (um) representante da UNBS;**

ART. 24 - **g) Prestação de serviços e/ou assessorias.**

ART. 27 - **Poderá também a Associação manter atividades comerciais, industriais e agrícolas, desde que os rendimentos destas atividades sejam**

destinados exclusivamente à realização de seus objetivos e fins sociais.

ART. 28 - **Parágrafo 2º - Nos casos das suspensões por dias, o critério de ressarcimento será o da complementação do salário mensal líquido, mediante a apresentação do documento de suspensão e do hollerith do mês em que foi efetuado o desconto.**

ART. 32 - **Parágrafo 1º - A aposentadoria de algum membro efetivo ou suplente ensinará a sua saída do Conselho Fiscal.**

Proposta da Diretoria (divulgado no jornal O Petroleiro #29)

No que se refere ao recurso financeiro arrecadado e sua correção monetária seja mantida a utilização somente em caso de demissão.

Em decorrência do valor atualizado até a data da Assembleia, que não se arrecade contribuição dos associados no pagamento de despesas para a gestão do Fundo de Mobilização (gerir com sua própria receita).

Alteração no Parágrafo 1 do artigo 1 da proposta de novo estatuto: Exclusão do trecho "devido à suspensão por dias, suspensão", ficando "O Fundo de Assistência Financeira aos

associados do Litoral Paulista será destinado exclusivamente àqueles punidos por rescisão do contrato de trabalho, em razão de participantes em greves, paralisações e atos públicos de natureza trabalhista, na defesa dos trabalhadores do Sistema Petrobrás".

Garantir à tesouraria da ABCP a autonomia necessária, desde que aprovada por toda a diretoria da ABCP, para que a verba possa ser destinada a aplicações mais rentáveis somente em bancos oficiais.

Que não se acumule durante o mandato as funções de diretor do Sindipetro-LP em concomitância com a de diretor da ABCP.

Garantir ao Sindipetro-LP o empréstimo de verba financeira caso necessário, sob a condição de convocação e decisão de assembleia pela diretoria da ABCP, com o mínimo de 30% de presença dos associados.

Que na Assembleia seja formada a diretoria provisória com mandato de 180 dias, e após será chamada uma eleição para composição da diretoria efetiva.

Que todos os outros artigos sejam mantidos.

Legendas

 **Inclusão de proposta**

 **Supressão de proposta**

Papel do sindicato é a luta por direitos

Todos sabem que o papel de um sindicato é conquistar direitos. Na batalha contra a exploração dos trabalhadores, brigar por salários justos e melhores condições de trabalho deve estar na ordem do dia. Mas nem sempre é assim.

Com o surgimento do chamado sindicalismo-cidadão muitas centrais sindicais passaram a priorizar a prestação de serviços. Em vez de brigar pelos direitos dos trabalhadores, o objetivo é oferecer serviços que o Estado deveria garantir como emissão de documentos e atendimento médico. O resultado é desastroso, uma vez que a atuação combativa é praticamente sufocada pela implantação de uma política assistencialista.

Diante disto, o Sindipetro-LP faz questão de reafirmar que sua atuação é pautada pela manutenção de uma categoria historicamente de luta. Oferecemos diversos serviços aos associados (consulta médica, orientação jurídica, ambulância, tra-

tamento odontológico, etc), mas nenhum deles deve prevalecer sobre seu papel fundamental – a garantia por direitos.

Não podemos deixar que recaia sobre nós responsabilidades que são do Estado e ou da Petrobrás. Da mesma forma que não cabe às centrais a emissão de documentos, não é papel do Sindicato prestar atendimento médico. Nossa obrigação, neste caso, é brigar permanentemente **por uma AMS de qualidade e que seja coberta integralmente pela Petrobrás.**

Além de transformar o sindicato em uma instituição burocratizada, o uso abusivo da prestação de serviços enfraquece a mobilização dos trabalhadores contra os abusos dos patrões. A representação sindical deve ser fortalecida através de sua independência e não do assistencialismo.

Ademir Gomes Parrela
Coordenador do Sindipetro-LP



Petrolino mete bronca

Tá tudo véio

A copa é de 2010, mas pelo jeito a mobília do Centro de Controle dos Operadores do Terminal Pilões é da época da Copa de 1958, lá na Suécia. A situação tá tão feia que não dá nem pra fazer bazar de móveis usados. O que não falta é cadeira sem rodas e persianas caindo aos pedaços. Passou da hora de resolver isso daí.

Algo está cheirando por aqui

Em plena Semana do Meio Ambiente, o cheiro na RPBC não tava nada bom. Desde que quebrou uma bomba na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) 2, em plena hora de almoço o pessoal que ia pro restaurante tinha que aguentar aquele mau cheiro. Não é à toa que na programação da Semana do Meio Ambiente o que mais tinha

era passeio no Rio Cubatão. Acho que era pra fugir daquele odor. E olha que esse problema é velho. Das três ETE's, duas já quebraram.

Mais demissão injusta

Daqui a pouco vai virar rotina demitir trabalhador de forma injusta. No último dia 4 de junho, a Calorisol demitiu três funcionários sem nenhuma razão. E pra piorar: dois tinham sofrido acidente. Um tomou banho de Nafta, mas nem CAT emitiram. E o outro estava com o braço machucado. E sabe qual a justificativa da empresa? Baixa produtividade. É claro, os dois já estavam trabalhando com redução de atividade.



Sindipetro-LP disponibiliza serviços na área de saúde para os associados

Os associados e seus dependentes também podem contar com serviços ambulatoriais sem qualquer custo, na sede do Sindipetro-LP.

Um ambiente amplo e bem estruturado, permite que aposentados, pensionistas e dependentes tenham acesso a serviços diversificados.

O atendimento é realizado mediante agendamento através dos telefones:

Santos – (13) 3221.2336, ramal 213 – 211

São Sebastião – (12) 3892.1484 / (12) 3892.5155

Sede Santos:

- Juliana Galvão (Téc. Enfermagem)
Segunda à Sexta, das 8h às 12h e 14h às 18h
- Marli Dias (Assistente Social)
Segunda à Sexta, das 8h às 12h e 14h às 18h
- Dra. Eliane T. Richter (Dentista)
Segunda à Sexta, das 15h às 19h
- Dra. Loriz Cremasco (Dentista)
Segunda à Sexta, das 8h às 12h
- Dr. Ivan Stefani (Clínico Geral)
Segunda à Sexta, das 16h às 18h
- Dra. Denise Freitas F. Marerba (Nutricionista)
Sexta, das 16h30 às 18h
- Dra. Marcela Quadros Moretti (Psicóloga)
Segunda e Quinta, das 14h às 19h; Sexta, das 8h às 13h

Convênio com as profissionais:

- Dra. Marilda Quaresma Mendes Colmenero (Acupuntura)
Rua Mato Grosso, 437. Tel.: (13) 3234.1126
- Dra. Gisela Martins Cide Perez (Acupuntura)
Rua Goiás, 225. Tel.: (13) 3889.3281

Sub-sede São Sebastião:

- Dra. Maria Cecília Gianizella Chiamelli (Clínica Geral / Pediatra)
Segunda à Sexta, das 16h às 18h

E-mail: ambulatorio@sindipetrosantos.com.br



Campeonato Society 2009



O primeiro finalista do Campeonato Society 2009 já está definido. É o time Vale da Vida, que se classificou para a grande final no último dia 12 de junho ao vencer por W.O a equipe do Grupo 3. Já a outra semifinal, marcada para o dia 19 de junho, foi adiada após acordo entre os jogadores do Grupo 2 e Grupo 5. A data ainda será definida pelas

equipes.

A partida que definirá o grande campeão está confirmada. Será no dia 3 de julho, às 12 horas. No mesmo dia, também será realizada a disputa pelo 3º lugar, às 11 horas. As partidas acontecem na quadra do Pé na Bola (Rua Professor Carlos Escobar, 118, Ponta da Praia). O local possui estacionamento.

O Petroleiro: Boletim Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - Sindipetro LP

Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP - Telefax (13) 3221-2336 - E-mail: sindipetrosantos@sindipetrosantos.com.br - Sub-sede: Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP - Tel.: (12) 3892-1484 -

E-mail: sindipetro@uol.com.br - Coordenador Geral: Ademir Gomes Parrela: (13) 9601-9656 - Diretor de Comunicação: Sérgio Buzu (13) 9601 9453 - Diretores liberados de Santos: Edgar Pallari: (13) 9601 9472 -

César Caetano (13) 9601 9688 - Diretores liberados de São Sebastião: Wilson Roberto Gomes: (13) 7804-1391 e Medina (12) 9708 0152 - Edição e Textos: Maira Gomes (13) 9601 9567

Leandro Olimpio - Diagramação: Carolina Mesquita - E-mail: imprensa@sindipetrosantos.com.br - www.sindipetro.org.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral

Manobras forçam terceirização e reforçam desvalorização do petroleiro

Uma maneira velada de flexibilizar direitos, a terceirização ganha cada vez mais força no País. Atualmente, existem mais de 2,5 milhões de trabalhadores terceirizados apenas no setor de serviços. Segundo informações do Senado, a cada dez novas contratações quatro são para funções terceirizadas.

Estudos recentes estão sendo relevantes para difundir os prejuízos impostos por esse modelo de contratação. Livre de qualquer legislação específica para disciplinar e coibir abusos, a terceirização transformou-se em sinônimo de deterioração das condições de trabalho. Além disso, aprofunda o drama da instabilidade e incerteza. O fantasma de demissões é uma constante a qualquer trabalhador terceirizado.

No Sistema Petrobrás são quase 200 mil funcionários terceirizados e cerca de 50 mil próprios - uma diferença gritante que não passou despercebida pela Justiça. Em 2009, a empresa foi obrigada a desembolsar R\$ 30 milhões por ter contratado terceirizados em atividades técnicas.

Mas o alerta não surtiu efeito, deixando evidente que para a Petrobrás este problema é apenas uma questão de custo. Ou seja, não há desdobramentos morais ou éticos. Se a chance de ser des-



coberta e a multa forem menores que o custo de seguir a lei, a Petrobrás irá encerrar esta "pedra no sapato" como uma decisão comercial e manterá sua política agressiva.

Os males causados pela terceirização ultrapassam o nível laboral. Isso porque cumpre um papel-chave no modelo privatista da Petrobrás, cuja regra é aumentar em todos os setores o contingente de terceirizados e, ao mesmo tempo, desvalorizar o petroleiro. Não é toa que o número de primeirizados é cada vez menor.

Tal manobra pode ser atestada no fato de que apenas no setor da produção (operação) não foi identificada atividade de terceiros. No setor de manutenção, por exemplo, muitas empreiteiras têm assumido os serviços de Técnicos de Manutenção. Chega-se à situação de

caldeiros contratados trabalharem de turno na RPBC e de algumas empreiteiras de manutenção executarem serviços nos finais de semana. Não por menos que os Técnicos de Manutenção reivindicam a implantação do turno: "se tem serviço, façamos nós, mas não em regime de sobreaviso ou plantonista".

Sobram justificativas por parte da empresa para dar a entender que tais medidas são de caráter emergencial ou configuram erro de procedimento. Para a existência de uma empreiteira no painel de operação da UTE, a explicação dada é que ficarão na unidade por poucos meses, apenas para dar suporte aos petroleiros. Para a ocorrência na UN-BS de um padrão que menciona "operador contratado", a empresa afirmou que foi erro de digitação.

No entanto, todos sabem que a terceirização e a prática abusiva de regimes de sobreaviso e plantonista diminuem custos. Com a Petrobrás não é diferente. É justamente entre erros e medidas de urgência, que a empresa consolida seu plano de terceirizar/precarizar toda empresa. Para se ter uma idéia, 90% dos acidentes de trabalho atingem terceirizados.

Quase dez anos atrás, em 2001, a própria companhia admitiu que as principais vítimas de acidentes de trabalho são trabalhadores terceirizados. Em entrevista à Folha de S. Paulo o então presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul, explicou a razão sem nenhum constrangimento. **"Os acidentes ocorrem porque os trabalhadores terceirizados não recebem o mesmo treinamento dos funcionários próprios da Petrobrás".**

A questão é simples: temos de travar uma luta forte para que tudo seja primeirizado, desde as atividades fim até as atividades meio, onde a situação é caótica. É neste cenário que os acionistas ganham com nosso trabalho e que a empresa efetua suas manobras para desvalorizar o petroleiro. Temos de dar um basta nisso tudo. É preciso acordar!

Coluna do Departamento Jurídico

Aumento por Mérito 1996 - avanço de níveis

Antes de setembro de 1996 os aumentos por mérito na Petrobrás eram pagos de forma automática a todos os funcionários, no prazo máximo de 24 meses. Com isso, aumentava-se a remuneração do petroleiro em um nível salarial.

Ocorre que, no referido ano, após movimento grevista a Petrobrás de forma unilateral alterou a sistemática para concessão de nível, inserindo o GDP. Este mecanismo avalia o desempenho do trabalhador permiti-

tindo conceder ou não aumentos por mérito, sem observar o lapso de tempo referido anteriormente.

Considerando princípio que norteia o direito do trabalho que refere a irredutibilidade salarial, ou mesmo alteração do contrato de trabalho prejudicial ao empregado é possível requerer judicialmente, ainda hoje, que seja aplicado ao contrato de trabalho a norma anterior a 1996 para efeito de sistemática de aumentos por mérito. Esta alteração foi efetuada sem anuência do Sindicato de Classe e

é tida como ilegal, na medida que altera "para pior" as cláusulas que comportavam o contrato individual de trabalho.

O direito de ver aplicado tal regramento aos contratos de trabalho, não utilizando-se do GDP para concessão de aumentos, conferindo portanto aumentos por mérito automáticos não relacionado a qualquer avaliação contempla todo empregado da Petrobrás admitido anteriormente a alteração havida em 1996 e que ainda não tinha se aposentado até agosto de 2005.

A atual diretoria solicitou que fosse efetuada referida ação pelo Sindipetro-LP, ação esta que já está sendo providenciada e será ajuizada em cerca de um mês, e uma vez confirmada sua procedência

beneficiará todos os petroleiros que integrem a

base do Sindipetro-LP e que foram admitidos antes de 1996. Sendo vencedora, o Sindipetro-LP irá convocar os petroleiros contemplados pela ação para verificar e avaliar o que cada um tem direito.

Esta ação já é disponibilizada de forma individual, merecendo destaque que a ação a ser proposta pelo Sindipetro não prejudica ações individuais com o mesmo objeto, quer as já em andamento como as que, por ventura, sejam ajuizadas.

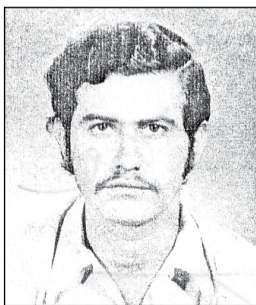


Saudade

CARLOS MARIO MOTA

Pé na estrada e olho no computador

O negócio de Carlos Mario Mota era viajar pelos quatro cantos do País e vasculhar tudo quanto é programa do seu computador. É o que diz Dona Deusa, esposa com quem viveu durante mais de trinta anos. O namoro começou nas ruas da Vila São Jorge, bairro de São Vicente, um ano depois de ingressar na Petrobrás. Na RPBC, trabalhou por quase vinte anos



como vigilante.

Depois de 1992, ano em que se aposentou, Mota fez questão de não assistir a vida passar e tornou-se sujeito da própria história. Desbravou o Pantanal e percorreu cidades de estados como Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Paraná. "Parcia mochileiro", relembra Dona Deusa, companheira de todas as viagens.

Pro exterior não queria ir não. Afinal, havia alegria maior do que percorrer o País onde nasceu? "Enquanto não conhecer o Brasil todinho, não vou pra fora", dizia.

Dos tempos de viagem a cidade mais marcante foi sem dúvida Salto de Pirapora, interior de São Paulo, onde reunia a turma do "Tô dentro" em sua chácara. Eram mais de 25 amigos celebrando a vida com peças teatrais e festas à fantasia em tudo quanto é feriado e fim de ano. "Festa de Halloween? Isso é coisa de Mota", diziam os amigos sempre que o grupo era convocado.

Vicentino de nascença e na alma, nem mesmo os anos de estrada fizeram com que Mota perdesse o amor por São

Vicente. Uma vez até tentou. Foi morar em Umuarama, Paraná, mas não demorou muito pra voltar à terra natal. Desde então, nunca mais ousou largar a cidade onde passou a infância correndo atrás de balões e pipas.

Com Dona Deusa teve um único filho, que lhe deu duas netas. Antes do seu falecimento, ocorrido aos 56 anos, no último dia 7 de maio por conta de uma infecção na corrente sanguínea, Mota ficou internado durante um mês na UTI.

Além da família e dos amigos do "Tô dentro", deixa órfãos o computador em que gravava as fotos de tantas festas e o carro da família, testemunha viva das andanças que fez do Oiapoque ao Chuí.

Salário básico dos engenheiros da Petrobrás é inferior ao exigido por lei

Em tempos de constantes descobertas no pré-sal e balanços financeiros promissores, a Petrobrás não precisa de muito esforço para convencer o brasileiro de que a 4ª maior empresa do ramo energético no mundo possui uma política de remuneração proporcional aos índices de lucro e investimento conquistados recentemente. Entretanto, não é o que acontece.

Por trás desse desempenho, a empresa convive com uma realidade que é o avesso das campanhas publicitárias que invadem as casas dos brasileiros. E um dos pontos mais críticos ganha cada vez mais força: a fuga de gente qualificada para multinacionais parasitas. Além de remunerações que chegam a ser até 10 vezes menor do que o valor oferecido por outras empresas, engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos e químicos da Petrobrás recebem um salário básico abaixo do que é exigido pela Lei 4.950-A/66, que estabelece o salário mínimo dessas profissões.

Enquanto a Petrobrás paga um salário básico de R\$ 3.940,16, o piso estipulado pela lei é de R\$ 4.590,00 (nove salários mínimos) para jornada de oito horas diárias. Em sua defesa, a Petrobrás apresenta um argumento no mínimo controverso. A empresa afirma

que não está burlando a lei porque concede adicionais como RMNR e periculosidade. Não é preciso dizer que esses "benefícios" representam apenas mais perdas através da flexibilização de direitos. Além de não serem incorporados aos salários, uma vez que são remunerações variáveis, apenas fortalecem a política silenciosa da empresa de precarização do trabalho.

Além de expor uma contradição entre o seu discurso e a política de Recursos Humanos aplicada nos últimos anos, a irregularidade cometida pela empresa reforça um absurdo: o nível remuneratório da companhia está aquém do seu patrimônio. O archo salarial é tão grande que enquanto um funcionário com ensino médio do Tribunal Federal ganha piso de R\$ 4.500,00, a Petrobrás oferece ao petroleiro com a mesma formação salário básico de R\$ 1.141,61. Não é à toa que o gasto com mão-de-obra da Petrobrás é inferior a 4% do orçamento.

Segundo Pedro da Cunha Carvalho, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), a Petrobrás está treinando técnicos para as concorrentes. "Só ganha bem quem tem cargo de gerente ou consultor. Os demais cargos de carreira, inclusive de nível superior, estão muito mal

remunerados, principalmente quando não tem promoções sucessivas, como deveria ocorrer dentro dos prazos. Desde 1995, as promoções são feitas por critérios um tanto quanto abstratos, de acordo com a vontade do gerente imediato dos profissionais".

O êxodo de petroleiros do corpo técnico da Petrobrás para a iniciativa privada não traz como único prejuízo a perda de funcionários com alta qualificação. A briga de multinacionais como Repsol e British Gas para contratar profissionais da maior estatal brasileira tem nome: informação estratégica. É se apropriando desses dados, conquistadas após anos de estudos e investimentos, que empresários como Eike Batista aumentam sua fortuna da noite pro dia. Por esse mesmo motivo que uma medida urgente é a criação de quarentena de dois anos para diretores e gerentes executivos que deixarem a empresa.

Projeto de lei garante 66% para técnicos

Prova de que a defasagem atinge todas as camadas da Petrobrás é a mobilização nacional pela aprovação do projeto de lei 2861/2008, que garante aos técnicos industriais químicos e agrícolas piso equiva-



lente a 66% do salário mínimo dos engenheiros. Em diversos sites da internet, técnicos de todo Brasil estão lutando por salários mais justos - sobretudo dentro da maior estatal do País.

Enquanto nega aumento real nos salários dos petroleiros, a Petrobrás tem liberado remessas substanciais à alta administração. Só entre 2003 e 2007, os funcionários do alto escalão tiveram um reajuste salarial médio de 90%. O diretor de Exploração e Produção, Guilherme Estrela, por exemplo, viu seus rendimentos aumentarem de R\$ 368.711,36 em 2003, para R\$ 701.764,79 em 2009. A data-base da categoria é no dia 1º de setembro, mas a luta por reajustes justos e melhores condições de trabalho deve ser encampada desde já.

Desapropriação Luta e vitória na Vila Mathias

Mais uma vez a história mostrou que a sociedade civil por si só é capaz de lutar e vencer. 84 famílias da Vila Mathias tiveram a desapropriação de suas casas e comércios, vigente desde novembro de 2009, suspensa no último dia 14, após diversas manifestações e audiências.

Um dos moradores é João Daurea Júnior. Ele comprou uma residência na área em abril de 2008, quando ouviu que ali seria construída uma Universidade. Ele fez todas as reformas necessárias e iniciou seu empreendimento, uma gráfica e copiadora. A Unifesp ofereceu à ele e sua esposa, proprietária nominal do imóvel, um valor de indenização menor que o de compra, dois anos antes. Além disso não considerou todo o investimento em equipamento e reforma feito pelo casal.

A história toda começou há mais de dois anos atrás, quando foi acordada a vinda da Universidade Federal de São Paulo para a cidade de Santos. A Codesp doou dois terrenos na rua Silva Jardim, próxima à rua Luiza Macuco, e a construção começou. Por falta de verbas, ficou parada durante dois anos e recomeçou no segundo semestre de 2009. No entanto, os terrenos doados não foram suficientes para a construção de um campus que possa abrigar todos os cursos que serão oferecidos pela Unifesp.

A área de 22 mil m², nos trechos das ruas Luiza Macuco, Silva Jardim e Campos Mello, que compreende lares e estabelecimentos comerciais de 84 famílias, se situa entre os terrenos já doados à Universidade. Portanto, a desapropriação desta área foi a solução encontrada para o problema de espaço para a implementação do campus universitário, em decreto já

publicado em 19 de novembro de 2009.

A desapropriação é regulamentada pelo Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941. Prestes a fazer 69 anos, o decreto já está defasado há muito. As famílias da Vila Mathias foram desapropriadas por utilidade pública. Os moradores e proprietários podem apenas exigir uma indenização realmente justa ou o pedido de retirada do decreto de desapropriação.

Foi o que fizeram. Cerca de 100 pessoas, entre inquilinos, proprietários e apoiadores, saíram do quarteirão "em risco de desapropriação" em marcha até o prédio da Unifesp onde se uniram ao alunos da Universidade e a sociedade civil.

Após o ato, a Comissão de Moradores, organizada após o início dos boatos de desapropriação, finalmente conseguiu uma reunião com o Prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, já em tentativa há cerca de vinte dias. Ali, o próprio prefeito entrou em contato com o Reitor da Unifesp, que afirmou estar suspensa a desapropriação, por cunho social. Em clima de comemoração, a Comissão de Moradores ouviu do prefeito o comprometimento de estudar outras áreas para a construção da Unifesp.

No entanto, suspensão não caracteriza revogação. A Comissão afirma que continuará em estado de alerta até que o decreto seja irreversivelmente anulado. Um dos membros da Comissão, Maurício João Jerônimo, conta que, em reunião na sexta-feira, 18 de junho, com o Diretor Acadêmico da Unifesp, seria cobrado o pedido de revogação do decreto de desapropriação da área. "Isso deve ser oficializado para termos mais segurança", afirma.

• Aconteceu no Sindicato • "Petrobrás gasta apenas 0,4% do seu faturamento com saúde"

Os aposentados e pensionistas presentes na reunião mensal do DAP no último dia 14, na sede do Sindipetro-LP, tiveram a oportunidade de ter acesso a informações cruciais sobre o fundo de pensão Petros e AMS. Há 23 anos na companhia, Agnelson Camilo Silva, conselheiro eleito da Petros, fez questão de expor os efeitos negativos da política neoliberal da companhia.

"Hoje, enfrentamos uma dificuldade muito grande dentro da Petros. Para se ter uma ideia, mudaram o Estatuto para colocar na presidência da Petros um sujeito que não é petroleiro. Wagner Pinheiro foi do Sindicato dos Bancários e ajudou a privatizar o Banespa", afirmou Agnelson, se referindo ao presidente da Petros.

Os diretores do Fundo de Pensão devem ser petroleiros de fato. Só assim teremos pessoas realmente comprometidas. Esses senhores, que não possuem nenhum centavo dentro da Petros, afinal não são petroleiros, são os mesmos que hoje podem usar mais de R\$ 2 bilhões sem precisar prestar contas".

Repactuação

Segundo Agnelson, atualmente existem mais de 27 mil ações referentes à repactuação, mecanismo usado pela companhia que aumentou substancialmente o patrimônio da Petros através da precarização do trabalhador aposentado e pensionista. Ele ainda esclareceu que a repactuação



hoje está sub judice, sendo possível reverter o processo de repactuação. "Só no ano passado, a Petros aumentou em 10 milhões os gastos com advogados, praticamente o dobro do ano anterior. Ou seja, nós acabamos pagando para que esses advogados militem exatamente contra nós trabalhadores". Em relação ao pagamento de níveis, estacionado no STF, Agnelson lembrou que a orientação é de que todos os processos devem permanecer na área trabalhista. No entanto, a situação ainda está indefinida.

AMS

Em menos de dez anos, a Petrobrás cresceu nada menos do que 14 vezes. Para se ter uma ideia, a empresa pulou da 38ª posição de maior empresa energética do Mundo para o 4º lugar em 2009. Em contrapartida, a empresa realiza uma política nefasta de prejudicar os trabalhadores. Essa é a opinião de Agnelson, que ainda expôs um absurdo.